



APONTAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DA RACIONALIDADE AMBIENTAL

Munir Jorge Felício¹

Resumo

Os apontamentos para construção da racionalidade ambiental propostos nesse texto foram reunidos das contribuições presentes nas análises da fenomenologia, da epistemologia e da ontologia do ser social em Marx. Essa iniciativa almeja ampliar e aprofundar a compreensão da problemática ambiental cujas mudanças globais provocam desafios principalmente para comunidade científica. Trata-se de problematizar o desenvolvimento da racionalidade econômica, a partir das degradações dos recursos naturais engendradas pelo atual avanço do modelo de desenvolvimento socioeconômico. Modelo que se baseia na majoração da produtividade, se apóia na expansão tecnológica e se sustenta da exploração como se os recursos naturais fossem ainda considerados abundantes e ilimitados. A transição dessa racionalidade econômica para a racionalidade ambiental é um empreendimento buscado pelas possibilidades de conhecimento advindo das análises da fenomenologia. Entre essas possibilidades, a interdisciplinaridade indicada como necessária pela epistemologia ambiental, pode se tornar uma interessante estratégia de pesquisa, desde que, tenha como ponto de partida, as demandas externas onde se encontram os elementos da atual questão ambiental e de seus desdobramentos.

Palavras-chave: Racionalidade Ambiental; Possibilidades de Conhecimento; Demandas Externas; Interdisciplinaridade

¹ Docente permanente do Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional – UNOESTE, doutor em Geografia. Endereço: Rua Palmares, 49, 19015-280 – Presidente Prudente –SP, Brasil. Endereço eletrônico: munir@unoeste.br.

1 INTRODUÇÃO

Diante das mudanças ambientais globais, cada vez mais intensas e das iniciativas advindas das conferências mundiais, como a Conferência de Paris, sobre o aquecimento global, prevista para o final de 2015, esse texto reúne discussões sobre a questão ambiental. A expansão do atual modelo de desenvolvimento, defendido como o modelo para o progresso da civilização, além de dividir o globo entre duas humanidades distintas, ameaça de extinção inúmeras espécies vivas do reino animal e vegetal.

O que se propõe aqui são debates sobre os conceitos com lógica puramente econômica, bem como buscar alternativas possíveis as quais impulsionem pesquisas em Ciências Ambientais para ampliar e aprofundar a compreensão da realidade dessa problemática ambiental, cuja abrangência afeta milhões de seres humanos pela transformação de seus meios de vida, pela expulsão de suas terras ancestrais, pela colonização de seus territórios e pela criminalização de suas resistências.

Trata-se de propor alternativas críveis e viáveis as quais possibilitem embasamento conceitual propositivo, capaz de provocar ruptura nos raciocínios bloqueados e desobstruir as possibilidades de conhecimento das práticas dispersas marcadas pela multidimensionalidade e pela heterogeneidade como, por exemplo, as práticas dos povos indígenas que não aceitam a separação entre natureza e cultura, bem como, as práticas do campesinato com o seu jeito próprio e milenar de fazer agricultura.

As contribuições reunidas a seguir estão divididas em três abordagens. A primeira vem da fenomenologia pelas análises de Husserl (1986); Heidegger (1988) e Merleau-Ponty (1999). A segunda vem da epistemologia pelas análises de Leff (2007); Morin (2010) e Zanoni (2000). A terceira vem da ontologia pelas análises de Lukács (2007). As análises desses autores podem provocar alterações nas compreensões dos conteúdos dos conceitos demonstrando o importante e salutar confronto entre as diferentes interpretações quando os significados são buscados a partir de visões distintas da realidade.

À medida que o embate conceitual avança vão emergindo apontamentos para a construção da racionalidade ambiental cujos propósitos transmutem e desconstruam as bases consolidadas da racionalidade econômica. A racionalidade ambiental consiste no desenvolvimento de um “outro estilo de pensamento e um outro sistema de valores” de acordo com Fleck (2010, p. 150) cuja pujança e dinamismo consiga se sobrepor à racionalidade econômica. A necessária transição de uma racionalidade para a outra exige o soerguimento de

esforços mútuos entre os pesquisadores, se quiserem construir um paradigma ambiental num processo dialético e histórico.

Nesse processo é de fundamental importância a participação da fenomenologia por lhe interessar compreender como ocorre a ligação entre conhecimento e objeto. Ao ampliar essas discussões, a fenomenologia engendra possibilidades de conhecimento entendendo que apenas o ser humano é capaz de escolher um fenômeno como condição para propor a sua transição de ser cognoscitivo para ser congitivo. Deixar ver e fazer ver o sentido e o fundamento da existência das coisas consiste nas características imprescindíveis do fenômeno como estabelecem as abordagens da fenomenologia.

As possibilidades de conhecimento indicadas pela abordagem fenomenológica podem indicar a interdisciplinaridade como estratégia de pesquisa desde que entenda e atenda a imprescindibilidade da demanda externa como condição para construir e desenvolver o exercício da interdisciplinaridade. De acordo com Leff (2007, p. 72), a interdisciplinaridade consiste em “um método e uma prática para a produção de conhecimentos e para sua integração operativa na explicação e resolução dos cada vez mais complexos problemas do desenvolvimento”. Trata-se do intercâmbio disciplinar sem desprezar a sua importância singular e examinar as novas unidades produtivas com novas forças produtivas analisadas nos projetos de pesquisa participativa e interativa de gestão e manejo sustentável.

Como um novo mundo é possível, também uma nova ciência é possível. O desenvolvimento de práticas interdisciplinares entre pesquisadores de diferentes origens disciplinares é condição para avançar o desenvolvimento de questões metodológicas e epistemológicas que visem cimentar a ciência nova com novos olhares e perspectivas a partir das demandas externas. Elas consistem na análise das problemáticas ambientais com gênese sistêmicas impossibilitando sua compreensão isoladamente como, por exemplo, a questão da soberania alimentar e energética. Trata-se de averiguar a “apropriação econômica dos recursos naturais” como entende Leff (2007, p. 35).

2 AS CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA

A fenomenologia husserliana consiste num diálogo processual inesgotável impulsionado pelo ser humano em seu afã de conhecer-se ao conhecer o mundo. Enquanto as ciências estão adstritas a objetos e atreladas a um quase “feudalismo dogmático”, a

fenomenologia surgiu com Husserl (1986), visando ampliar os horizontes cognitivos, por interessar-se, fundamentalmente, pela maneira como se relacionam conhecimento e objeto.

Para a o desenvolvimento da racionalidade ambiental, a fenomenologia contribui significativamente por proporcionar, de um lado, a ruptura epistemológica ao questionar a fragmentação preestabelecida pelo objeto e, por outro, por impulsionar a interdisciplinaridade com o diálogo do saber como condição imprescindível de fazer emergir o inédito, pois, como explica Husserl (1986, p. 39-40): “inferimos o não experimentado a partir do directamente experimentado (do percebido e do recordado)”.

Para Husserl (1986) é tarefa da fenomenologia “*elucidar a essência do conhecimento e da objectalidade cognitiva*, ela é então *fenomenologia do conhecimento e da objectalidade cognitiva* e constitui o fragmento primeiro e básico da fenomenologia em geral” (HUSSERL, 1986, p. 46. Grifos no original). Por conseguinte, ao abordar os objetos materiais e imateriais do conhecimento, a fenomenologia incide a partir das atitudes intelectuais naturais e filosóficas (HUSSERL, 1986, p. 39-42), pois, conhecer é sempre um processo em construção e, por conseguinte, consiste numa tarefa inconclusa, inacabada e inesgotável.

As atitudes intelectuais naturais são acionadas pela percepção (pré-gnoseológica) e as atitudes intelectuais filosóficas pela intelecção (gnoseológica), pois, só da “reflexão gnoseológica origina a separação de ciência natural e filosofia” (HUSSERL, 1986, p. 46). A mola propulsora da fenomenologia husserliana consiste na compreensão do relacionamento e do desenvolvimento entre o conhecimento e o objeto. Ela visa responder fundamentalmente o seguinte questionamento: o que, de fato, acontece entre esses dois pólos?

A grande contribuição da fenomenologia husserliana está em compreender o conhecimento do sujeito que conhece. Por isso almeja saber quais certezas e seguranças emergem ou podem emergir desse processo, uma vez que

O conhecimento é, em todas as suas configurações, uma vivência psíquica: é conhecimento do sujeito que conhece. Perante ele estão os objetos conhecidos. Mas, como pode o conhecimento estar certo da sua consonância com os objetos conhecidos, como pode ir além de si e atingir fidedignamente os objetos? (HUSSERL, 1986, p. 42).

O centro das análises de Husserl (1986) consiste exatamente na relação necessária entre o conhecimento e o objeto almejando compreender como e, se é possível, estabelecer a relação conhecimento e objeto? Como e por quais razões essa relação se estabelece, uma vez que “o conhecimento é, pois, apenas *conhecimento humano*, ligado às *formas intelectuais*

humanas, incapaz de atingir a natureza das próprias coisas, as coisas em si” (HUSSERL, 1986, p. 44. Grifos no original.)?

A fenomenologia busca a essência do conhecimento. Dito de outro jeito, ela almeja ampliar a compreensão de como se dá a passagem das vivências cognoscitivas para as cognitivas. Trata-se, na verdade, da essência que só emerge por intermédio da transformação do sujeito cognoscitivo em sujeito cognitivo que experimenta no seu processo mental, frente ao fenômeno o conhecer-se conhecendo o mundo, como esclarece Husserl (1986):

De onde sei eu, o cognoscente, e como posso eu saber confiadamente que não só existem as minhas vivências, estes actos cognitivos, mas também que existe o que elas conhecem, mais ainda, que, em geral, existe algo que haveria que pôr frente ao conhecimento como seu objecto? Devo dizer que só os fenômenos são verdadeiramente dados ao cognoscente, que jamais ele vai além desta conexão das suas vivências [...] (HUSSERL, 1986, p. 43).

Por conseguinte, a fenomenologia em parte é ciência, em parte é método e em parte é filosofia. Como ciência é o pensamento pensado e como método é o pensamento pensante. Portanto, a ciência e o método se unem, na fenomenologia, com a finalidade de engendrar possibilidades de conhecimento, como esclarece Husserl (1986):

É este necessariamente o seu caráter; a fenomenologia quer ser ciência e método, a fim de elucidar possibilidades, possibilidades do conhecimento, possibilidades da valoração, e as elucidar a partir de seu fundamento essencial; são possibilidades universalmente em questão e, portanto, as investigações fenomenológicas são investigações universais de essências (HUSSERL, 1986, p. 79).

Tais possibilidades do conhecimento advindas da fenomenologia possibilitam delimitar novas áreas de pesquisas, novas concepções teóricas como alternativas críveis e viáveis para vencer as resistências e abrir os raciocínios fechados engendrados, principalmente, pela ciência moderna. Ciência mal-adaptada para enfrentar os problemas das mudanças globais impulsionada com o avanço do modelo de desenvolvimento hegemônico e consensual de cunho produtivista-consumista em vigor, desde a Revolução Industrial, pelo menos.

A fenomenologia desenvolvida por Husserl, no início do século XX, atraiu seguidores obtendo configurações ao longo do tempo, com as análises desenvolvidas por Heidegger, por Merleau-Ponty, entre outros. As perspectivas heideggerianas contribuem significativamente com a racionalidade ambiental por ajudar compreender como se desenvolve o pensamento sistêmico e, com ele e por ele, a necessária interdisciplinaridade.

A tarefa interdisciplinar como diálogo dos saberes, por si só, necessita da contribuição multidisciplinar, se quiser ampliar seu alcance compreensivo, vivenciar possibilidades de conhecimento e impulsionar a flexibilidade de raciocínio capacitando-o para a ruptura das concepções hermeticamente cerradas e centradas em si. Terá então condições de contextualizar para poder entender e aproximar-se da realidade o quanto possível.

Enquanto Husserl (1986) se inclinava a buscar por intermédio da fenomenologia possibilidades de conhecimento, Heidegger (1988) no contexto de mundo circundante, visava com a fenomenologia o deixar ver e fazer ver o sentido e o fundamento da existência das coisas em que

A mata é reserva florestal, a montanha é pedra, o rio é represa, o vento é vento “nas velas”. Com a descoberta do “mundo circundante”, a “natureza” assim descoberta vem ao encontro. Pode-se prescindir de seu modo de ser à mão e determiná-la e descobri-la apenas em seu modo de ser simplesmente dado. Nesse modo de descobrir, porém, a natureza vela enquanto aquilo que “tece e acontece”, que se precipita sobre nós, que nos fascina com sua paisagem. As plantas do botânico não são flores no campo, o “jorrar” de um rio, constatado geograficamente, não é “fonte no solo” (HEIDEGGER, 1988, p. 112).

A transformação da mata em reserva florestal, do rio em recurso hídrico e dos bens da natureza em recursos naturais consiste numa possibilidade de compreensão da realidade tomando, do método fenomenológico, o conceito de fenômeno. Como o “fenômeno é o que se mostra em si mesmo” (HEIDEGGER, 1988, p. 61) emergirá outra interpretação para a mata. Ela se transforma em reserva florestal, o rio em recurso hídrico e toda a natureza como um complexo de recursos naturais imprescindíveis para a manutenção das espécies vivas, das quais o ser humano é apenas e tão somente uma delas.

Eis a contribuição mais significativa das análises heideggerianas para a construção da racionalidade ambiental, em que o fenômeno, como impulso iniciante, transforma o ser humano de cognoscitivo em cognitivo ao promover o encontro dele que busca o conhecimento com o objeto. Trata-se de junção como alternativa que pode inaugurar nova possibilidade de conhecimento pela manifestação do fenômeno e pela busca de significações visando ultrapassar a aparência fenomênica e encontrar a essência fundamental.

Portanto não é a realidade que se apresenta diretamente ao ser humano à primeira vista, mas é o ser humano, como único ser cognoscente, que constrói possibilidades de conhecimento ao se relacionar com o mundo circundante, separando parte dele como fenômeno para compreendê-lo, como explica Heidegger (1988):

O *fenômeno*, o mostrar-se em si mesmo, significa um modo privilegiado de encontro. *Manifestação*, ao contrário, indica no próprio ente uma remissão referencial, de tal maneira que o referente (o que anuncia) só pode satisfazer a sua possível função de referência se for um “fenômeno”, ou seja, caso se mostre em si mesmo. Manifestação e aparência se fundam, de maneira diferente, no fenômeno. Essa multiplicidade confusa dos “fenômenos” que se apresenta nas palavras fenômeno, aparência, aparecer, parecer, manifestação, mera manifestação, só pode deixar de nos confundir quando se tiver compreendido, desde o princípio, o conceito de fenômeno: o que se mostra em si mesmo (HEIDEGGER, 1988, p. 61. Grifos no original).

Para Heidegger (1988, p. 61) fenomenologia é a ciência, a filosofia, a metodologia que visa “deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo” (HEIDEGGER, 1988, p. 65). Esse raciocínio heideggeriano contribui significativamente para a construção da racionalidade ambiental por aprofundar e ampliar a compreensão de recurso natural. Esse conceito fora concebido como recurso natural ilimitado até a década de 1970 do século XX, quando é transformado em recurso limitado e escasso.

A manifestação do fenômeno “bem natural” em recurso limitado estava velada, escondida, ocultada ou encoberta como explica Heidegger (1988):

O conceito fenomenológico de fenômeno propõe, como o que se mostra, o ser dos entes, o seu sentido, suas modificações e derivados. Pois, o mostrar-se não é um mostrar-se qualquer, muito menos, uma manifestação. O ser dos entes nunca pode ser uma coisa “atrás” da qual esteja outra coisa “que não se manifesta”. [...] O conceito oposto de “fenômeno” é o conceito de encobrimento (HEIDEGGER, 1988, p. 66).

Somam-se às análises de Husserl (1986) e de Heidegger (1988) as de Merleau-Ponty (1999). Para ele a fenomenologia consiste no “estudo das essências” e “cujo esforço todo consiste em reencontrar este contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 1). Pois, afirma Merleau-Ponty (1999) que,

O mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável. “Há um mundo” ou, antes, “há o mundo”; dessa tese constante de minha vida não posso nunca inteiramente dar razão (MERLEAU-PONTY, 1999, p.14).

A busca das possibilidades do conhecimento engendradas pela transformação do ser humano cognoscitivo para cognitivo diante do fenômeno é essencialmente uma atividade híbrida dada a diversidade e entrelaçamento das estruturas fenomenológicas, como explicou

FELÍCIO, Munir Jorge.

Merleau-Ponty (1999) ao ressaltar a junção necessária entre a subjetividade e a intersubjetividade,

O mundo fenomenológico é não o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção de minhas experiências, e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras; ele é portanto inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que formam sua unidade pela retomada de minhas experiências passadas em minhas experiências presentes, da experiência do outro na minha (MERLEAU-PONTY, 1999, p.18).

Segundo Merleau-Ponty (1999, p. 20) “a fenomenologia, enquanto revelação do mundo, repousa sobre si mesma, ou, ainda, funda-se a si mesma” e ressalta, “a fenomenologia tem como tarefa revelar o mistério do mundo e o mistério da razão”. Portanto, é próprio da fenomenologia ter como inconclusa e como inacabada a sua tarefa cuja perspectiva consiste em lançar um novo olhar para desvelar o mundo como possibilidades de conhecimento por intermédio do encontro com o fenômeno.

É desse encontro que emerge possibilidades de desenvolver a racionalidade ambiental com a qual ampliar a compreensão das complexas mudanças globais e destituir de suas bases a racionalidade econômica de caráter hegemônico e consensual do pensamento único. A transmutação da racionalidade ambiental ao depor a racionalidade econômica advém de novos instrumentos teóricos e metodológicos desenvolvidos, sobretudo, como atividade do ser consciente.

O ser humano sabe de si, sabe de sua existência não por uma mera constatação ou porque faz inferências a partir da idéia que faz de si, e sim pelo exercício da consciência, pelo estar no mundo como ser cognoscente, pois, “a consciência de si é o próprio ser do espírito em exercício. É preciso que o ato pelo qual tenho consciência de algo seja ele mesmo apreendido no instante em que se realiza, sem o que ele se romperia” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 496-497).

A consciência e a percepção do mundo estão sempre presentes no pensamento muito antes de estarem presentes histórica e materialmente. A percepção e o que se percebe são indissociáveis à consciência da percepção e não podem ser separadas, ou seja, “não se pode tratar de manter a certeza da percepção recusando a certeza da coisa percebida”. E, mais, “ver é ver algo” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.500). O que o ser cognoscente descobre consiste no movimento “profundo de transcendência que é meu próprio ser, o contato simultâneo com meu ser e com o ser do mundo” (MERLEAU-PONTY, 2014, p.504).

O ser humano é um sujeito voltado para o mundo, um ser-no-mundo, um ser-no-mundo-com-outrem, é um ser humano de relação com o mundo circundante. O mundo não é o que se pensa, mas o que se vive, por isso, “é preciso que o mundo esteja, em torno de nós, não como um sistema de objetos dos quais fazemos a síntese, mas como um conjunto aberto de coisas em direção às quais nós nos projetamos (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 518). E quanto mais se projeta mais possibilidades de conhecimento surgem conhecendo a si próprio, ao tentar compreender o mundo circundante.

É importante destacar que pensar é uma coisa, pensamento é outra, uma vez que “não existe pensamento que abarque todo o nosso pensamento” elucida Merleau-Ponty (1999, p. 11). Assim como se constrói o pensamento, pensando, a percepção é desenvolvida pelo percebido, e, como o próprio percebido só é evidentemente acessível através do acionamento sensorial, a construção da racionalidade ambiental encontra-se envolvidas em dilemas, tornando-se cada vez mais urgente encontrar ou descobrir pontos de ligação, de interfaces e de outros meios para compreender o mundo circundante. Visto que o meio ambiente como objeto de estudo, é extremamente abrangente, complexo, multifacetado e interligado.

A construção da racionalidade ambiental exigirá transformações do conhecimento por intermédio do desenvolvimento de novos conceitos teóricos e novos métodos de pesquisa, priorizando o diálogo dos saberes e impulsionando a necessária interdisciplinaridade. Iniciativas com essas características possuem o desafio e a capacidade necessária para enfrentar a complexidade da questão ambiental da qual, na qual e para qual emergem novas possibilidades de conhecer e interferir na realidade em contínua transformação, como foram sinalizadas nas contribuições de Leff (2007); Zanoni (2000) e Morin (2010) que serão vistas a seguir.

3 AS CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA

A complexa questão ambiental revoluciona de forma profunda e inerente os métodos de pesquisa e as teorias científicas ultrapassando, em muito, o limite da capacidade de compreensão e de explicação dos paradigmas teóricos até então estabelecidos. São as transformações socioambientais de toda ordem a pressionar, como demanda externa, o desenvolvimento de processos de transformação ambiental dos paradigmas científicos. E, do âmago desses ressurge, paulatinamente,

[...] um pensamento da complexidade e uma metodologia de pesquisa interdisciplinar, bem como uma epistemologia capaz de fundamentar as transformações do conhecimento induzida pela questão ambiental. Esta estratégia epistemológica parte de um enfoque prospectivo orientado à construção de uma racionalidade social, aberta à diversidade, às interdependências e à complexidade, e oposto à racionalidade dominante, com tendência à unidade da ciência e homogeneidade da realidade (LEFF, 2007, p. 109-110).

A proposta de transição da racionalidade econômica para a racionalidade ambiental será profícua na medida em que promover confrontos interdisciplinares como forma de discutir os campos temáticos, os conceitos e os métodos de pesquisa nos diversos campos científicos, para poder ampliar e aprofundar a compreensão da realidade à qual encontra-se “em vias de complexização que ultrapassa a capacidade de compreensão e explicação dos paradigmas teóricos estabelecidos” como explica Leff (2007, p. 109).

A construção de uma *racionalidade ambiental* é um processo político e social que passa pelo confronto e conserto de interesses opostos, pela reorientação de tendências (dinâmica populacional, racionalidade do crescimento econômico, padrões tecnológicos, práticas de consumo); pela ruptura de obstáculos epistemológicos e barreiras institucionais; pela criação de novas formas de organização produtiva, inovação de novos métodos de pesquisa e produção de novos conceitos e conhecimentos (LEFF, 2007, p. 112. Grifos no original).

A estrutura e a organização interna disciplinar dentro dos atuais institutos de ensino superior não possui a força essencial exigida para a transição propiciada pela problemática ambiental, pois, “estes processos de transformação ambiental dos paradigmas das ciências não se produzem por um desenvolvimento interno de seus programas de pesquisa, mas por uma demanda externa” (LEFF, 2007, p. 142). Demanda externa cada vez mais elucidada pelos movimentos sociais com os seus embates por terra e água; pelos conflitos fundiários na disputa pelos territórios e pelos embates entre os modelos de desenvolvimento no campo e na cidade. Essa demanda impulsionará uma racionalidade ambiental eclética, heterogênea e negociada, já que o saber ambiental não se constitui em

[...] uma doutrina homogênea, fechada e acabada, mas como um campo em construção de formações ideológicas e teóricas heterogêneas, abertas e dispersas, constituídas por uma multiplicidade de práticas sociais: o saber camponês e das comunidades indígenas sobre seu ambiente e seus recursos, integrado a suas formações ideológicas, seus valores culturais e suas práticas tradicionais de uso dos recursos; [...] (LEFF, 2007, p. 137-138).

Ocorre que o desenvolvimento do pensamento científico e filosófico atual está cada vez mais subsumido à racionalidade econômica atrelado ao produtivismo tecnológico não

permitindo, sequer, a análise e o estudo das práticas heterogêneas desenvolvidas historicamente pelo campesinato, por exemplo. O jeito camponês de fazer agricultura é considerado uma anomalia diante da força das leis de acumulação do capital. A racionalidade produtiva do campesinato com sua prática heterogênea desafia os programas de formação ambiental a transformar seus paradigmas de conhecimento e reconhecer nele o seu potencial ambiental. De acordo com Leff (2007)

Isso é necessário sobretudo na perspectiva da construção de uma racionalidade ambiental, que não só assegure condições de sustentabilidade ecológica, mas que gere um *potencial ambiental de desenvolvimento* a partir dos princípios materiais de uma produtividade ecotecnológica, fundada na articulação dos níveis de produtividade cultural, ecológica e tecnológica que gera uma formação socioambiental. Esta aproximação metodológica e conceitual deverá possibilitar a definição de formações econômico-socioambientais (FESA), como unidades produtivas nas quais se articulam as diferentes relações de produção estabelecidas pelas tipologias dos produtores com novas forças produtivas, que emergem de um processo de construção social do potencial ambiental e da produtividade ecotecnológica para o desenvolvimento sustentável (Leff 2000b). A constituição do conceito de FESA e o funcionamento de unidades de produção ambiental deverão incorporar-se aos programas de pesquisa das universidades para experimentá-las em diferentes estudos de caso e em programas de pesquisa participativa, na colocação em prática de projetos de gestão ambiental e manejo sustentável de recursos naturais (LEFF, 2007, p. 120-121. Grifos no original).

O embate e o confronto paradigmático dentro do desenvolvimento das pesquisas e discussões teóricas e metodológicas precisam fazer parte dos programas de pesquisa, principalmente dos vinculados às Ciências Ambientais. Se assim for, então, será considerada uma prática normal e desejável, o início das tarefas da transição encetada por Leff (2007) pela desconstrução da racionalidade econômica engendrada no princípio de escassez e movida pela mão invisível das forças do mercado, propiciando a construção e o desenvolvimento da racionalidade ambiental. Trata-se de tarefa urgente em que os esforços mútuos se unirão para que o saber ambiental perpassa

[...] um campo de externalidade específico a cada um dos objetos de conhecimento das ciências constituídas. Neste sentido, a contribuição das ciências sociais à definição de um “paradigma ambiental” é um processo dialético no qual ao mesmo tempo que as ciências sociais se orientam e integram para conformar um conceito de ambiente e um campo ambiental do conhecimento, um saber ambiental emergente vai-se internalizando dentro dos paradigmas teóricos e das temáticas tradicionais das ciências sociais para gerar um conjunto de disciplinas “ambientais” (LEFF, 2007, p. 141).

A formação desse conjunto de disciplinas ambientais tem chamado a atenção da comunidade científica ao desafiar sua criatividade desde, pelo menos, o início da década de

FELÍCIO, Munir Jorge.

1960, do século XX. Trata-se de um novo posicionamento sobre a epistemologia ambiental pela produção de conhecimento com capacidade para se defrontar com os impactos ambientais provocados pelo modelo de desenvolvimento consolidado pelo produtivismo-consumismo.

A metodologia interdisciplinar em desenvolvimento nos programas de pesquisa analisado por Zanoni (2000), mostrou a exigência de

[...] procedimentos inovadores, particularmente no que diz respeito às questões de natureza metodológica e epistemológica. Da mesma forma, o diálogo estabelecido entre pesquisadores de diferentes origens disciplinares (sociólogos, agrônomos, ecólogos, antropólogos, economistas, geógrafos, botânicos) permitiu a socialização de procedimentos e a sistematização de vários elementos condicionadores das práticas interdisciplinares (ZANONI, 2000, p. 113).

O desenvolvimento de um programa de pesquisa vinculado às Ciências Ambientais percorrerá um processo de intensa discussão e intercâmbio entre as diversas frentes de pesquisas, principalmente, se os conceitos forem objeto de divergências entre os pesquisadores e a realidade estudada exigir diferentes leituras para atender as especificidades dos campos disciplinares. O diálogo entre as ciências humanas e sociais e as ciências da vida e da natureza é condição estratégica de pesquisa, como frisa Zanoni (2000):

A interdisciplinaridade no campo ambiental envolve as questões que se situam na interface dos sistemas sociais e dos sistemas naturais. [...] A análise dos problemas ambientais exige, portanto, o recurso às ciências humanas e sociais e as ciências da vida e da natureza. Define-se aqui a interdisciplinaridade como uma estratégia de pesquisa que busca a conjunção de disciplinas para tratar de um problema comum [...], ou, ainda, o exercício de confrontações de linguagens, procedimentos, pontos de vista e conhecimentos adquiridos (JOLLIVET, 1992). O conhecimento interdisciplinar assim produzido apóia-se na excelência de pesquisadores de diferentes campos disciplinares, sem, porém, invalidar identidade científica e a função de cada disciplina na abordagem da realidade (ZANONI, 2000, p. 114-115).

Quanto mais suscetível for o programa de pesquisa à demanda externa advinda das transformações socioambientais, mais debates entre os paradigmas científicos serão necessários e salutares. Com o estabelecimento desses debates, as visões de mundo, de ser humano e de vida própria dos paradigmas serão reavaliadas para a construção da racionalidade ambiental, da qual, o olhar sistêmico é parte inerente pela imprescindibilidade de contextualizar para poder entender o fenômeno em estudo.

Os sistemas vivos não podem ser compreendidos por meio da ciência analítica, pois, as propriedades essenciais de um organismo vivo são propriedades do todo, que nenhuma das

partes possui. Por conseguinte, é importante ressaltar que a ciência como é desenvolvida atualmente, demonstra-se, cada vez mais, mal-adaptada para lidar com os problemas da mudança global e exige estabelecer a interdisciplinaridade como estratégia de pesquisa.

Dentre as diferentes abordagens para a pesquisa interdisciplinar Zanoni (2000) identifica a existência

[...] de três abordagens distintas que visam: o estudo do recurso natural (água, flora, pesca, energia); a análise das relações sociedade-natureza e uma variante desta abordagem, representada pela análise das questões ambientais relacionadas essencialmente com os impactos dos modelos de desenvolvimento agrícola e industrial (ZANONI, 2000, p. 113).

Como parte do processo de intensa discussão e intercâmbio tão necessário dentre os pesquisadores, é salutar a proposição do debate paradigmático referente aos impactos dos modelos de desenvolvimento agrícola e industrial. Na medida em que esses modelos obedecerem aos comandos da acumulação de capital, demonstrará sua incompatibilidade com os limites planetários apontados pelas conferências mundiais, desde Estocolmo, em 1972.

Aos programas de pesquisa, principalmente os vinculados às Ciências Ambientais cabe, não só demonstrar a vulnerabilidade desse modelo hegemônico de desenvolvimento como também investigar, elucidar e cientificar os diversos modelos alternativos de desenvolvimento. Muitos deles obedecendo às iniciativas do ecossocialismo como a economia solidária, bem como os princípios de gestão ambiental do campesinato, em que pese tais princípios não serem reconhecidos pela academia como científicos. São conhecimentos científicos abertos aos questionamentos novos e abordagens diferentes como explica Zanoni (2000),

[...] a existência de um *obstáculo epistemológico* relativo à posição e o papel dos saberes disciplinares que explica porque os problemas que exigem para sua resolução a colaboração de várias disciplinas não emergem, de antemão, no campo do conhecimento científico e, sim – ao menos em sua fase inicial – do confronto entre diferentes abordagens, inspiradas pela realidade, a qual, por definição, é alheia ao recorte disciplinar (ZANONI, 2000, p. 115).

Mesmo porque

A construção de objetos complexos não pode ser feita a partir de uma problemática específica a uma única disciplina. De fato, em cada disciplina, elaboram-se conhecimentos que dependem de paradigmas diferentes, tanto em relação aos aspectos peculiares da realidade por elas apreendidas, quanto em relação à

linguagem utilizada, ou ainda, em relação à ótica privilegiada para abordar um problema a ser tratado em comum (ZANONI, 2000, p. 116).

Sem esse diálogo de saberes não emergirá o questionamento mútuo entre as disciplinas. Nessa etapa de amadurecimento da problemática comum, os trabalhos de campo são absolutamente importantes pelas diversas representações e leituras que a realidade propicia. É, dessa etapa, a condição privilegiada para romper com a crise do conhecimento descrita por Morin (2010)

[...] essa ciência elucidativa, enriquecedora, conquistadora e triunfante, apresentamos, cada vez mais, problemas graves que se referem ao conhecimento que produz, à ação que determina, à sociedade que transforma. Essa ciência libertadora traz, ao mesmo tempo, possibilidades terríveis de subjugação. Esse conhecimento vivo é o mesmo que produziu a ameaça do aniquilamento da humanidade (MORIN, 2010, p. 16).

As possibilidades de subjugação emergem na medida em que o espírito científico atual tem se demonstrado incapaz de tanto crer que o conhecimento por ele produzido, é exatamente o reflexo do real. Nesse sentido, o conhecimento científico é um conhecimento que não se conhece, sendo urgente a necessidade para que

[...] os investigadores despertem e se expressem enquanto investigadores. A necessidade, para a ciência, de se auto-estudar supõe que eles se ponham em crise, ou seja, que descubram as contradições fundamentais em que desembocam as atividades científicas modernas e, nomeadamente, as injunções contraditórias a que está submetido todo cientista que confronte sua ética do conhecimento com sua ética cívica e humana (MORIN, 2010, p. 35).

Essas injunções contraditórias são impulsionadas pela concepção equivocada e unidimensional do desenvolvimento do progresso material ilimitado, valorizando exclusivamente os índices de produtividade e a expansão tecnológica. Como se a produtividade e o avanço tecnológico tivessem a pujança necessária e suficiente para solucionar todas as discrepâncias impostas pelo crescimento econômico obtido a qualquer custo. Concepções simplórias que se erguem para obstaculizar, dissimular e, quase sempre, esconder a enorme assimetria responsável pela divisão da humanidade atual em duas realidades opostas e antagônicas: a da opulência e a da privação como demonstrou Sen (2008).

Desconstruir essa racionalidade econômica é condição para fazer emergir a racionalidade ambiental engendradora de um fazer ciência com consciência, analisada por

Morin (2010) e na transição necessária indicada por Leff (2007) ao valorizar as práticas heterogêneas do manejo responsável e sustentável dos recursos naturais escassos. A racionalidade ambiental impulsionada pela urgente construção da metodologia interdisciplinar, sinalizado anteriormente por Zanoni (2000), valoriza os procedimentos inovadores e o intenso processo de discussões e debates entre os saberes disciplinares.

Trata-se de conceber a ciência como uma façanha intelectual, uma aventura, principalmente por saber que a realidade não se apresenta ao ser humano à primeira vista. É o ser humano que, com seu ato criador, descobre e desenvolve suas próprias representações, inventando e reorganizando um sistema de noções com as quais almeja ampliar e aprofundar sua compreensão da realidade. Para obter o controle dessa atividade é fundamental a reforma do modo de pensar, como explicou Morin (2010):

O problema do controle da atividade científica tornou-se crucial e supõe o controle dos cidadãos sobre o Estado que os controla, bem como a recuperação do controle dos cientistas, o que exige a tomada de consciência de que falei ao longo destas páginas. A recuperação do controle intelectual das ciências pelos cientistas necessita da reforma do modo de pensar, que, por sua vez, depende de outras reformas, havendo, naturalmente, interdependência geral dos problemas; essa interdependência, entretanto, não deve permitir o esquecimento da reforma-chave. Todo cientista serve, pelo menos, a dois deuses que, ao longo da história da ciência e até hoje, lhe pareceram absolutamente complementares. Hoje, devemos saber que eles não são apenas complementares, mas também antagônicos. O primeiro é o da ética do conhecimento, que exige que tudo seja sacrificado à sede de conhecer. O segundo é o da ética cívica e humana (MORIN, 2010, p. 36).

Dentre essas reformas como parte da transformação no e do modo de pensar, há que oportunizar a construção do paradigma ambiental indicado anteriormente por Leff (2007, p. 141). A construção de um novo paradigma desafia toda a ciência pela urgente desconstrução dos conceitos, técnicas e processos utilizados e manuseados para a manutenção e desenvolvimento da racionalidade econômica. Outra reforma consiste em não permitir que a abundância dos fenômenos iluda quem trabalha na pesquisa ambiental, pois, toda a ciência seria supérflua se a essência das coisas e sua aparência coincidisse perfeitamente. “Os fatos são impuros” alerta Morin (2010, p.43) ao explicar que

[...] o conhecimento não é uma coisa pura, independente de seus instrumentos e não só de suas ferramentas materiais, mas também de seus instrumentos mentais que são os conceitos; a teoria científica é uma atividade organizadora da mente, que implanta as observações e que implanta, também, o diálogo com o mundo dos fenômenos. Isso quer dizer que é preciso conceber uma teoria científica como uma construção. Mas, então, quais são os ingredientes dessa construção? Aí é que as coisas começam a ficar interessantes (MORIN, 2010, p. 43-44).

Toda pesquisa ambiental só causará interesse se buscar o saber inédito sobre o ambiente e a forma como procurará esse ineditismo ambiental, com a devida potencialidade de encontrá-lo, consiste em outra reforma do modo de pensar. Principalmente quando apresentar uma proposta metodológica que impulse as iniciativas para desconstruir e enfrentar a racionalidade econômica. Tal enfrentamento direciona-se pelos ditames da complexa questão ambiental, como questão que ainda não fora devidamente incorporada aos debates sobre o desenvolvimento científico. Faltam teorias, metodologias e modelos que possam cumprir essa função e engendrar novos focos de reflexão, novas facetas de análise, novas formas de expressão para elucidar a racionalidade ambiental. Racionalidade que contemple a necessária complexidade. Complexidade essa que

[...] pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para restabelecemos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras. É a concentração na direção do saber total, e, ao mesmo tempo, é a consciência antagonista e, como disse Adorno, “a totalidade é não-verdade”. A totalidade é, ao mesmo tempo, verdade e não-verdade, e a complexidade é isso: junção de conceitos que lutam entre si (MORIN, 2010, p. 102).

A imprescindibilidade do debate entre os conceitos demonstra a importância relativa do saber disciplinar singular. Para Morin (2010) o embate entre tais conceitos é necessário, principalmente, por proporcionar e impulsionar uma concepção, a mais ampla possível, de parte da realidade quando obtida pela junção das articulações dos conteúdos desses conceitos. O resultado dessas articulações pode propiciar a compreensão da multidimensionalidade, próprio do método da complexidade como exigência para se aproximar da realidade o quanto possível.

Para o método da complexidade, o saber social e o saber ambiental são saberes complementares e interdependentes, pois o meio social como o meio ambiente são essencialmente concebidos como organismos vivos em pleno movimento que se desenvolvem imbricando-se mutuamente. A teoria lukácsiana pode contribuir para a ampliação e o aprofundamento da compreensão dessas imbricações auxiliando também a construção da racionalidade ambiental.

4 A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL EM MARX

O estabelecimento de pontos de contato entre a racionalidade ambiental e a teoria lukácsiana demonstra a importância das análises de Lukács em sua obra “Ontologia do Ser Social em Marx”, quando ele aponta a história como a única ciência reconhecida por Marx, “que se refere tanto a la naturaleza como al mundo de los hombres” (LUKÁCS, 2007, p. 69). Juntamente com a história, o meio ambiente e o trabalho compõem a tríade conceitual presente, como núcleo central, das análises lukácsianas. Das três, o trabalho é concebido como condição de existência e necessidade natural com o qual o ser humano propicia trocas de energia e matéria com o meio ambiente. Para o desenvolvimento do ser humano, o trabalho

tiene lugar una doble transformación. Por un lado el hombre que trabaja, se transforma a sí mismo, actúa sobre la naturaleza, y cambia al mismo tiempo la suya propia, desarrolla las “potencias” que duermen en ella y las somete a su poder. Por otro lado, los objetos naturales, potencias naturales, se transforman en instrumentos de trabajo, objetos de trabajo, materias primas, etc. El hombre que trabaja “emplea las propiedades mecánicas, físicas, químicas de las cosas, para dejarlas actuar como medios de fuerza sobre otras cosas, conforme a sus propios objetivos”. Los objetos naturales siguen siendo en sí lo que naturalmente eran, en tanto que propiedades, relaciones, proporciones objetivas, existen independientemente de la conciencia humana, y sólo por su exacto ser conocidas y puestas en movimiento por el trabajo, pueden devenir útiles (LUKÁCS, 2007, p. 70).

Por intermédio do seu trabalho, o ser humano transforma todas as suas relações - sociais e ambientais – e, cria, descobre e desenvolve representações significativas exigidas por seu comportamento com o qual participa, simultânea e processualmente, do meio social e do meio ambiental. É na centralidade histórica do ser humano que encontra-se a fundamentação metodológica da ontologia de Marx, como explica Lukács (2007) ao ressaltar que

[...] la fundación de una ontología materialista de la naturaleza, que comprende en sí historicidad, procesualidad y contradictoriedad dialéctica, está contenida implícitamente en la fundamentación metodológica de la ontología de Marx. Esta posición de los problemas nos parece apropiada para circunscribir en pocas palabras el nuevo modelo que la concepción de Marx representa en la historia de la filosofía y de la ciencia (LUKÁCS, 2007, p. 74).

Contribui significativamente para a construção da racionalidade ambiental a metodologia ontológica de Marx, pois ela desafia compreender o todo refletindo sobre a parte e compreender a parte cuja especificidade advém do todo e, é mais bem esclarecido, como

parte e como todo, num movimento processual, histórico e contraditório pelo esclarecimento de cada fato e das suas devidas conexões. Neste sentido para Lukács (2007, p. 77),

La ciencia surge de la vida, [...] trata de una cientificidad que nunca pierde su ligación con la colocación espontáneamente ontológica de la vida cotidiana, que por el contrario la purifica críticamente y la desarrolla elevándola y las determinaciones ontológicas que necesariamente fundamentan toda ciencia, las elabora conscientemente. En esto precisamente instala claramente su contradicción con toda filosofía que construye lógicamente o como quiera que sea (LUKÁCS, 2007, p. 77).

A gênese de toda cientificidade tem na cotidianidade seu ponto de partida. A ciência parte da vida prática e a ela retorna com os seus resultados. Trata-se de tarefa própria de todo ser humano, mas, especificamente do pesquisador, como ser cognoscente que se transforma em ser cognitivo quando seleciona parte da vida cotidiana, como exigência do fenômeno. Para a metodologia ontológica de Marx constitui-se como totalidade dinâmica tanto o ser cognoscente quanto o fenômeno que ele pretende compreender.

Assim compreende Lukács (2007, p. 92) ao afirmar que “todo elemento, toda parte es siempre un todo, el “elemento” es siempre un complejo con propiedades específicas, concretas, cualitativas”. Para ampliar a compreensão desses dois complexos Lukács (2007) explica que

Metodológicamente debe resaltarse desde el principio, que Marx siempre separa tajantemente dos complejos: el ser social que existe independientemente de que se conozca más o menos exactamente, y el método de su más o menos adecuada aprehensión pensada. La prioridad de lo ontológico respecto al simple conocimiento se refiere no sólo al ser en general, sino que la objetividad en su estructura dinámica concreta es en su ser en sí de la más alta importancia (LUKÁCS, 2007, p. 88).

É pelo trabalho que o ser humano constrói junção entre esses dois complexos. Junção essa que pode ou não, ajudá-lo a ter consciência de sua existência, como alerta Lukács (2007): “no es la consciencia de los hombres la que determina su ser, sino al contrario, su ser lo que determina su conciencia” (LUKÁCS, 2007, p. 93). Trabalho aqui precisa ser compreendido como ação que transforma a natureza, transformando o ser humano e ser humano transformado continua a transformar a natureza. Dentro dessa lógica, o trabalho se constitui na principal categoria responsável pela atribuição de valor que se constitui no fundamento elementar de todo ser social total.

Ocorre que essa concepção de trabalho foi transformada e, paulatinamente, o trabalho deixou de ter a importância axiológica e se metamorfoseou em mercadoria. Não o ser

humano, mas a força humana de trabalho configurou-se como objeto de compra e venda a transitar cada vez mais no mercado sob as leis de acúmulo do capital. Por conseguinte, torna-se imprescindível resgatar essa importância axiológica, pois, na sua ontologia seminal está a origem da consciência e da existência humana.

Ao fazer o resgate, Lukács (2007) elege o trabalho como categoria ontológica, dada sua potencialidade para engendrar consciência ou alienação. Ele afirma que a inovadora

[...] análisis de Marx acerca del valor se muestra también en su tratamiento de la abstracción. La transformación del trabajo en conexión con la relación cada vez más desarrollada del valor de uso y del valor de cambio, lleva a cabo la transformación del trabajo concreto de un objeto determinado en el trabajo abstracto creador de valor, en cuya cúspide logra validez la realidad del trabajo socialmente necesario. [...]. También el trabajo socialmente necesario (y por ello, ipso facto abstracto), es una realidad, un momento de la ontología del ser social, y una abstracción real realizada por ésta en los objetos reales, totalmente independiente de que ésta se cumpla, o no, en la conciencia. [...]. De igual manera deben concebirse ontológicamente las proporciones y las relaciones. En esta cuestión la exposición de Marx va polémicamente mucho más lejos; no se contenta con mostrar las proporciones y las relaciones como conjuntos entitativos del ser social, muestra además que la inevitabilidad de vivirlos, de contar con su facticidad en la vida práctica, debe transformarlos necesariamente en cosificaciones. Ya sabemos que el modo primitivo de la fenomenalidad, de la “recta intentio” ontológica, puede llevar a cosificaciones en la conciencia de los hombres y que con frecuencia lleva, incluso en la ciencia y en la filosofía, a una más amplia prolongación y fijación en el pensamiento (LUKÁCS, 2007, p. 100-101).

O trabalho humano como condição, ontologicamente, de libertação se transforma no seu contrário e deixa de promover liberdade para dinamizar mecanismos promotores de alienação. Esses mecanismos adentram cada vez mais a academia contribuindo com a justificação da racionalidade econômica impedindo ou obstaculizando a construção da racionalidade ambiental. A necessidade desenvolver essa para sobrepor àquela constitui grande desafio do qual o presente texto quer fazer parte.

A gênese dessa distorção ontológica encontra-se no desenvolvimento do fetiche, cada vez mais sedutor que, do interior da mercadoria, penetra sutilmente a academia e, de lá altera, filosoficamente, a visão de vida, de mundo e de ser humano. Trata-se do pensamento fetichizado que serpenteia todas as relações sociais, fetichizando-as. Ele se caracteriza pelo imediatismo e espontaneísmo por não conseguir distinguir a aparência da essência e, por conseguinte, impede o ser humano de se reconhecer como produto de sua própria atividade histórica e coletiva. Esse pensamento “não passa de veneno” recorda Morin (2010, p. 21) “se for privado da força libertadora da reflexão”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É proposta desse texto agrupar algumas forças libertadoras da reflexão ao unir e abrir discussões sobre as mudanças globais e, considerá-las, a partir das contribuições da fenomenologia; dos desafios da epistemologia ambiental e das análises da ontologia do ser social de György Lukács. Recolher as considerações dessas três abordagens e fazer emergir possíveis alternativas, direções e apontamentos importantes para iniciar a construção da racionalidade ambiental.

A fenomenologia husserliana possibilitou um diálogo processual ao ampliar os horizontes cognitivos e promover, de um lado, a possível ruptura epistemológica pelo questionamento da fragmentação das ciências e, por outro, por alimentar o dinamismo próprio da interdisciplinaridade como imprescindibilidade do saber inédito construído a partir das demandas externas. Elas impulsionam os processos de transformação ambiental nos paradigmas das ciências proporcionando a construção da racionalidade ambiental.

A construção da racionalidade ambiental almeja, simultaneamente, sobrepor a racionalidade econômica e desvendar outros horizontes para o desenvolvimento das pesquisas em ciências ambientais visando impulsionar diversos debates dentro das instituições de ensino superior. Na medida em que esses debates forem atendendo a imprescindibilidade da demanda externa, propiciarão o exercício da interdisciplinaridade. A complexidade desse exercício exige o intercâmbio disciplinar sem desprezar a sua importância, desde que os conceitos de determinada disciplina sejam considerados sem nunca dá-los por concluídos, pois, só dessa maneira propiciará o debate teórico do qual poderá emergir um saber cujo ineditismo contribua para a compreensão das mudanças ambientais globais.

NOTES FOR THE CONSTRUCTION OF ENVIRONMENTAL RATIONALITY

Abstract

The notes for the construction of Environmental Rationality proposed in this text were gathered from a contribution of an analysis of phenomenology, epistemology, and ontology relating to Marx. This initiative aims to broaden and deepen the understanding of environmental issues whose global changes raise challenges, especially for the scientific

community. It is to question the development of the economic rationality from the degradation of natural resources engendered by the current socio-economic development model. This model is based on the increase of productivity, technological expansion and maintains the norm as if natural resources were still considered abundant and limitless. The transition of this Environmental Rationality is a development sought by using the knowledge gained from the analysis possibilities of phenomenology. Among these possibilities, the indicated interdisciplinary schools of thought, as required by epistemology, can become an interesting research strategy, since it has as the starting point the external demands, where the elements of the current environmental issue exist, and its consequences.

Keywords: Environmental Rationality; Possibilities Of Knowledge; External Demands; Interdisciplinarity

NOTAS PARA LA CONSTRUCCIÓN DE LA RACIONALIDAD AMBIENTAL

Resumen

Los apuntes para la construcción de la racionalidad ambiental propuestos en ese texto se desprenden de este análisis de las contribuciones de la fenomenología, de la epistemología y la ontología del ser social en Marx. Esta iniciativa tiene como objetivo ampliar y profundizar la comprensión de las cuestiones ambientales cuyos cambios globales plantean desafíos, en particular para la comunidad científica. Se trata en cuestionar el desarrollo de la racionalidad económica a partir de la degradación de los recursos naturales engendradas por el progreso actual del modelo de desarrollo socio- económico. Modelo que se basa en el aumento de la productividad, se basa en la expansión tecnológica y se mantiene de la exploración como si los recursos naturales fuesen aún considerados abundantes y sin límites. La transición de esta racionalidad económica para la racionalidad ambiental es un emprendimiento que busca el conocimiento obtenido de las posibilidades de análisis de la fenomenología. Entre estas posibilidades, la interdisciplinaria indicada como necesaria por la epistemología ambiental, puede convertirse en una interesante estrategia de investigación, desde que, tenga como punto de partida, las demandas externas, donde los elementos de la actual cuestión ambiental y de sus desdoblamientos.

FELÍCIO, Munir Jorge.

Palabras Claves: Racionalidad Ambiental; Posibilidades De Conocimiento; Demandas Externas; Interdisciplinariedad

REFERÊNCIAS:

FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico. Introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento*. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, György. *Marx, Ontologia Del Ser Social*. Madrid: Ediciones Akal, 2007.

HUSSERL, Edmund. *A Idéia da Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1986.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Parte I, 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1999

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2010

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. 7ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ZANONI, Magda. Práticas Interdisciplinares em Grupos Consolidado. In: PHILIPPI JUNIOR, A; TUCCI, Carlos E.M; HOGAN, Daniel J.; NAVEGANTES, Raul. (editores). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. São Paulo: Signus Editoras, 2000, p. 111-130.

Data de recebimento: 02/04/2015

Data de aceite: 27/10/2015